

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

**Filosofia Política,
Educação, Direito e
Sociedade 7**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 7

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 7 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 7)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7247-100-8
DOI 10.22533/at.ed.008190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.
CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR E A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS	
Bárbara Alves de Jesus	
Fernanda Duarte Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.0081904021	
CAPÍTULO 2	8
O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
Fabiana Aparecida Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.0081904022	
CAPÍTULO 3	16
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO FÍSICA EM MOVIMENTO: PRÁTICAS INCLUSIVAS NA UFG/RC	
Thais Ferreira dos Santos	
Aline Rosa da Costa	
Thimoteo Pereira Cruz	
Nubia de Fatima Felix Ferreira	
Tacila da Costa Marinho	
Isabella Oliveira Pacheco	
Nayane Alves Pereira	
Laryssa Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.0081904023	
CAPÍTULO 4	25
FORMAÇÃO CONTINUADA EM ONTOPSICOLOGIA: SIGNIFICADOS E SENTIDOS	
Carmen Ivanete D`Agostini Spanhol	
DOI 10.22533/at.ed.0081904025	
CAPÍTULO 5	37
JUVENTUDE, CULTURA MÍDIÁTICA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI	
Luiz Fernando Ribeiro de Paiva	
José Carlos Souza Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.0081904025	
CAPÍTULO 6	44
A PERSISTÊNCIA DOS CAMPONESES NA PROPRIEDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RIBEIRÃO EM CATALÃO (GO)	
Matheus Santos Medeiros	
Hugo Henrique Sousa de Lisboa	
João Manoel Borges de Oliveira	
Mariana Melo Mesquita de Siqueira	
Rener Rodrigo Pires	
Talita Neri Caetano de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0081904026	

CAPÍTULO 7	52
O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA	
Emilene Fontes de Oliveira Thalita Pavani Vargas de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.0081904027	
CAPÍTULO 8	63
REDESCOBRINDO O HUMANO: ANTAGONISMOS COLETIVOS E A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO	
Gisele da Silva Rezende da Rosa Josiane Custódio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0081904028	
CAPÍTULO 9	68
TRADUÇÃO E EQUIVALÊNCIA: UMA ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE O DISCURSO ORIGINAL DE DONALD TRUMP E SUA RESPECTIVA TRADUÇÃO	
Maria Laura Golfiere Moura Leila Maria Gumushian Felipini	
DOI 10.22533/at.ed.0081904029	
CAPÍTULO 10	84
REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM A PARTIR DE FILMES E DOCUMENTÁRIOS	
Paula Santana Carvalho Adriana Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.00819040210	
CAPÍTULO 11	97
REFLEXÕES SOBRE LITERATURA E CINEMA E BREVE DISCUSSÃO SOBRE A PERSONAGEM FEMININA	
Carla Rosane da Silva Tavares Alves Andréia Mainardi Contri	
DOI 10.22533/at.ed.00819040211	
CAPÍTULO 12	109
SABERES E PRÁTICAS EM PROCESSOS FORMATIVOS DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO POPULAR	
Lucinete Gadelha da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.00819040212	
CAPÍTULO 13	119
REALIZANDO PESQUISAS COM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS: CENAS DO PROTAGONISMO INFANTIL	
Viviane dos Reis Silva Tacyana Karla Gomes Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.00819040213	

CAPÍTULO 14	128
PRIMEIRAS LIÇÕES DE CULTURA E CIDADANIA NO <i>SEGUNDO LIVRO DE LEITURA PARA A INFÂNCIA</i> : NA ESCOLA E NO LAR, DE THOMAZ GALHARDO	
Valdeci Rezende Borges Elmar Severino Ribeiro Junior	
DOI 10.22533/at.ed.00819040214	
CAPÍTULO 15	144
PESQUISAS COM CRIANÇAS EM CONTEXTOS RURAIS: VISIBILIDADES, APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E REFLEXÕES	
Patrícia Júlia Souza Coêlho	
DOI 10.22533/at.ed.00819040215	
CAPÍTULO 16	154
OS MANUAIS DE CIVILIDADE NO JORNAL, <i>O PUBLICADOR</i> (1862-1886)	
Carolina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.00819040216	
CAPÍTULO 17	164
UM ESTUDO SOBRE A DEMANDA DO CURSO TÉCNICO EM PESCA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, CAMPUS ACARAÚ, NA VISÃO DOS PAIS DOS ALUNOS DA 3º ETAPA DO ENSINO MÉDIO	
Juliane Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.00819040217	
CAPÍTULO 18	177
OS VALORES SOCIAIS E O ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO	
Herika Paiva Pontes Luana de Sousa Oliveira Rafaela Lima Nascimento Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim Geraldo Bezerra da Silva Júnior Mirna Albuquerque Frota	
DOI 10.22533/at.ed.00819040218	
CAPÍTULO 19	184
POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CAMPESINATO: DA COLÔNIA AGRÍCOLA AO IF GOIANO <i>CAMPUS CERES</i>	
Marco Antônio de Carvalho Claudecir Gonçalves Léia Adriana da Silva Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.00819040219	
CAPÍTULO 20	198
POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE – A NORMA GERAL DE AÇÃO (NGA) DO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE (CMCG) – MS	
Ferdinanda Dias de Oliveira Kloppel	
DOI 10.22533/at.ed.00819040220	

CAPÍTULO 21 210

EMPRESA: OPORTUNIDADE PARA O JOVEM FAZER, SABER E SER -A PEDAGOGIA DA AÇÃO: DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL E PRÁTICO

[Bernardina Teresinha Amantino](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040221

CAPÍTULO 22 214

PERFIL DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOCENTE

[Carla Geovana Fonseca da Silva de Castro](#)

[Luciane Helena Mendes de Miranda](#)

[Vera Maria Nigro de Souza Placco](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040222

CAPÍTULO 23 226

PERFIL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS E EDUCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONSIDERAÇÕES PARA PARTICIPANTES DE FEIRA AGROECOLÓGICA, ASSISTIDOS PELA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE BASE – CRATO – CE

[Valéria Feitosa Pinheiro](#)

[Guilherme Silva Nascimento](#)

[Christiane Luci Bezerra Alves](#)

[José Alex do Nascimento Bento](#)

[Adriana Correia Lima Franca](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040223

CAPÍTULO 24 238

A CATEGORIA TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

[Ingridy Lammonikelly da Silva Lima](#)

[Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida](#)

[José Rangel de Paiva Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040224

CAPÍTULO 25 249

A COMISSÃO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DA PARAÍBA: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

[Silvera Vieira de Araújo Holanda](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040225

CAPÍTULO 26 261

TERRITÓRIOS MULTIDIMENSIONAIS: INTELIGENCIA CULTURAL E EDUCAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES FAXINALENSES DO PARANÁ

[Tiago Augusto Barbosa](#)

[Franciele Moreto](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040226

CAPÍTULO 27 270

RESULTADO DO PISA NO PIAUÍ: O QUE MUDA NA GESTÃO EDUCACIONAL?

[Nemone de Sousa Pessoa](#)

[Jovina da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040227

CAPÍTULO 28 284

A CIDADE NOS FAZ PENSAR

Daniela da Rosa Molinari

Marcele Scapin Rogério

DOI 10.22533/at.ed.00819040228

CAPÍTULO 29 295

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDOS DE GÊNERO

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Karla Cristina Vicentini de Araujo

Viviane Oliveira Augusto

Gabriella Rossetti Ferreira

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.00819040229

SOBRE A ORGANIZADORA..... 304

PERFIL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS E EDUCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONSIDERAÇÕES PARA PARTICIPANTES DE FEIRA AGROECOLÓGICA, ASSISTIDOS PELA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE BASE – CRATO – CE

Valéria Feitosa Pinheiro

Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri, Mestre em Desenvolvimento Regional-URCA, Crato-Ceará.

Guilherme Silva Nascimento

Graduando em Ciências Econômicas e Bolsista de Extensão-Universidade Regional do Cariri, Departamento de Economia, Crato-Ceará.

Christiane Luci Bezerra Alves

Professora Associada do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri, Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará, Crato-Ceará.

José Alex do Nascimento Bento

Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri, Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará, Crato-Ceará.

Adriana Correia Lima Franca

Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri, Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Ceará, Crato-Ceará.

RESUMO: Estudos de mapeamento de práticas agroecológicas são importantes para o crescente entendimento das relações entre agricultores tradicionais, consumo consciente e mercados alternativos. Adicionalmente, é fundamental o entendimento de novas

interações, com atuações de organizações do terceiro setor, no sentido da percepção de sua intervenção para multiplicação de oportunidades de assistência, mercado alternativo e motivação para um protagonismo crescente desses trabalhadores, com vistas à promoção do desenvolvimento rural sustentável. Em face a um conjunto de desafios, nos quais a pequena produção agrícola se encontra inserida, tanto nas transformações estruturais do modelo de desenvolvimento rural, como no cenário de restrições macroeconômicas, que lhe impõe severas dificuldades de sobrevivência, o presente trabalho (que faz parte de um estudo amplo junto a produtores agroecológicos, assistidos pela Associação Cristã de Base – ACB, ONG de atuação na cidade de Crato-Ce, e que participam de feira agroecológica semanal organizada pelos agricultores e ACB) tem dois grandes nortes reguladores: traçar o perfil dos produtores e das unidades de produção correspondentes, além de levantar um diagnóstico do padrão de educação orçamentária dos feirantes. A metodologia utilizada apresenta caráter exploratório-descritivo. Um levantamento bibliográfico e documental foi executado para a caracterização teórica sobre práticas agroecológicas e consumo de orgânicos. A base analítica foi constituída a partir de uma pesquisa de campo, com questionário pré-elaborado, aplicado com

13 trabalhadores rurais/feirantes, que atuam na feira agroecológica semanal da ACB.
PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento rural sustentável; feiras agroecológicas; perfil de agricultores.

ABSTRACT: Mapping studies of agroecological practices are important for the growing understanding of relationships between traditional farmers, conscious consumption and alternative markets. In addition, it is fundamental to understand new interactions, with actions of third sector organizations, in the sense of perceiving their intervention to multiply assistance opportunities, alternative market and motivation for a growing role of these workers, with a view to promoting rural development sustainable development. In the face of a set of challenges, in which small agricultural production is inserted, both in the structural transformations of the rural development model and in the scenario of macroeconomic constraints, which imposes severe survival difficulties, this work of a large study with agroecological producers, assisted by the Associação Cristã de Base (ACB), an ONG operating in the city of Crato-Ceará, and participating in a weekly agroecological fair organized by farmers and ACB) has two major regulatory norms: of the producers and the corresponding production units, in addition to raising a diagnosis of the budget education pattern of the marketers. The methodology used is exploratory-descriptive. A bibliographic and documentary survey was carried out for the theoretical characterization of agroecological practices and organic consumption. The analytical base was constituted from a field research, with a pre-elaborated questionnaire, applied with 13 rural workers / farmers, who work in the agroecological fair weekly of the ACB.
KEYWORD: Sustainable rural development; agroecological fairs; profile of farmers.

1 | INTRODUÇÃO

Os anos 1970 marcam, no setor primário nacional, um processo de amplas transformações, caracterizado na literatura econômica, por uma “modernização conservadora”. Esse processo traçou um novo perfil da agricultura no Brasil, baseado em alterações na base técnica e nas relações sociais de produção, onde se consolidaram os complexos agroindustriais (CAIs) do país, criando grandes desafios para os executores de políticas públicas voltadas ao setor primário.

O processo de modernização no campo, empreendido já a partir dos anos de 1950, tem ocorrido de modo parcial, privilegiando alguns produtos, algumas regiões e alguns produtores. Apesar de ter fomentado a produção agrícola e o padrão tecnológico, esse processo reforçou a marginalização da pequena produção, conservando características tradicionais, como baixo nível tecnológico, escassos meios de produção e maior nível de pobreza dos agricultores.

As inovações tecnológicas, características dessa fase, trazem consigo um conjunto de transformações que incluem mecanização, incorporação de inovações biológicas, diversificação de culturas agrícolas, ganhos de produtividade da cadeia agroindustrial etc. Todavia, impõem severos ajustes no mercado de trabalho, a partir

de significativa ampliação do desemprego agrícola.

Os agricultores familiares encontravam-se diante de vários desafios. Dentre esses, a concepção “inapta” de pertencerem às políticas públicas de incentivo a modernização, principalmente pela incapacidade de incorporar os pacotes tecnológicos aos seus baixos recursos de produção. Ademais, sua sobrevivência no livre mercado de produtos agrícolas enfrenta sérios riscos, em um novo quadro global, com concorrência desigual, em que os mesmos se apresentam dependentes cada vez mais de empresas fornecedoras de insumos.

As transformações em curso colocaram, portanto, novas demandas sociais e o desafio de uma política agrícola que englobe os diferentes segmentos sociais do campo, particularmente a pequena produção rural e a agricultura de origem familiar. Nesse cenário, em meio ao curso de uma agricultura familiar que resiste e é alvo de políticas públicas direcionadas, principalmente nos anos 2000, a agroecologia vem se consolidando como um sistema de produção alternativo, uma opção para uma agricultura sustentável, que concilie respeito ao meio ambiente e promoção do desenvolvimento social.

Reproduz-se, conseqüentemente, um conjunto de elementos alternativos, que rompem com a ordem estritamente econômica, imposta pelas relações de mercado, onde se destacam: preservação de saberes tradicionais, identidades e culturas locais; produção ecologicamente equilibrada; menor dependência em relação aos insumos externos; estilo de produção diversificada, garantindo a reprodução de culturas consorciadas, integração agricultura-pecuária e menor escala de produção; práticas cooperativas, integradas e autossustentáveis, de maneira geral (ALTIERI, 1989; ASSAD; ALMEIDA, 2011).

Acompanhando essa dinâmica, constata-se que é crescente a demanda por produtos orgânicos, determinada por um novo perfil de consumidor, com preocupações que envolvem desde o ‘rótulo’ de um produto ambientalmente correto e equilibrado, às preocupações individuais em favorecer sua saúde pessoal e da família.

Nesse sentido, estudos de mapeamento de práticas agroecológicas são importantes para o crescente entendimento das relações entre agricultores tradicionais, consumo consciente e mercados alternativos. Adicionalmente, é fundamental o entendimento de novas interações, com atuações de organizações do terceiro setor, no sentido da percepção de sua intervenção para multiplicação de oportunidades de assistência, mercado alternativo e motivação para um protagonismo crescente desses trabalhadores, com vistas à promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Paralelo às transformações em curso no meio rural e, em parte, determinante de alterações mais recentes, um amplo processo de ajustes ocorre em âmbito estrutural e conjuntural na economia brasileira dos anos 1990 e anos 2000. Na década de 1990, a implementação de reformas de orientação neoliberal, envolvendo liberalização comercial e financeira, desregulamentação da economia e reorientação do Estado, com o processo de privatizações; destacam-se, ainda, a estabilização econômica,

pós implementação do Plano Real e os desequilíbrios macroeconômicos que se seguem (desequilíbrios das contas externas e descontrole das finanças públicas). Na primeira década dos anos 2000, destacam-se o avanço das políticas sociais, rumo à universalização de direitos sociais e na focalização de gastos públicos sociais para segmentos não-pobres do país, através dos programas de transferência direta de renda, que terão resultados sentidos na expressiva redução dos indicadores de desigualdade e pobreza, atingindo indistintamente todas as regiões do país.

Nesse cenário, as políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro, nos anos 2000, permitiram a ampliação do poder de compra da população, principalmente, das famílias de menor poder aquisitivo, possibilitando, assim, a melhoria do bem-estar por meio da aquisição de maior quantidade de bens. Um conjunto de mecanismos, destacando-se as transferências de renda, incentivo ao crédito e elevação dos investimentos públicos, acabou por influenciar as expectativas de consumidores. No entanto, a ampliação da oferta de crédito e a facilidade na sua obtenção conduzem esse indivíduo a comprometer parcela significativa da sua renda na aquisição de bens e serviços no presente, em detrimento do processo de poupar, por precaução ou em busca do consumo futuro. Entretanto, o uso insustentável da ferramenta creditícia pode vir a comprometer seriamente o nível de endividamento das famílias.

Observa-se que os indivíduos têm se tornado crescentemente reféns de um conjunto de forças que os conduzem ao consumo irracional, onde são induzidos a todo momento, através de inúmeras técnicas da publicidade e/ou incentivos via crédito, a adquirirem bens dos quais, na maioria das vezes, não necessitam. Diante disso, a falta de um planejamento financeiro torna esse indivíduo facilmente cooptado pelo sistema de consumo, com consequências sérias de endividamento.

Tendo por base o ano de 2009, a demanda média anual por crédito no Brasil cresceu em 30,2% até agosto de 2017. Considerando os indivíduos com renda de até R\$ 1.000,00, esse percentual foi de 42,1%. Ao se observar a inadimplência, entre 2009 e agosto de 2015, o crescimento da média anual de inadimplentes corresponde a 78%. Contribuem largamente para isso, as dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras, cujo crescimento supera 200%. A desaceleração dos níveis de atividade e emprego recentes e a instabilidade causada pela crise política vigente agravam esse problema (SERASA, 2017).

A população, despreparada para dimensionar o volume de comprometimento do seu orçamento, utiliza largamente as facilidades do crédito e, endividada, busca caminhos para restaurar o seu equilíbrio, muitas vezes através de novos empréstimos e financiamentos. Desta forma, o crescimento desprogramado do crédito constitui-se num canal de alimentação da inadimplência. A partir deste ponto, os empréstimos são interrompidos e os efeitos multiplicadores sobre o nível de atividade econômica são fortemente comprometidos. Como consequência, surge um círculo vicioso de expansão e retração do crescimento (SAVOI; SAITO; SANTANA, 2007).

Em face a um conjunto de desafios, nos quais a pequena produção agrícola se

encontra inserida, tanto nas transformações estruturais do modelo de desenvolvimento rural, como no cenário de restrições macroeconômicas, que lhe impõe severas dificuldades de sobrevivência, o presente trabalho (que faz parte de um estudo amplo junto a produtores agroecológicos, assistidos pela Associação Cristã de Base – ACB, ONG de atuação na cidade de Crato-Ce, e que participam de feira agroecológica semanal organizada pelos agricultores e ACB) tem dois grandes nortes reguladores: traçar o perfil dos produtores e das unidades de produção correspondentes, além de levantar um diagnóstico do padrão de educação orçamentária dos feirantes.

A metodologia utilizada apresenta caráter exploratório-descritivo. Um levantamento bibliográfico e documental foi executado para a caracterização teórica sobre práticas agroecológicas e consumo de orgânicos. A base analítica foi constituída a partir de uma pesquisa de campo, com questionário pré-elaborado, aplicado com 13 trabalhadores rurais/feirantes, que atuam na feira agroecológica semanal da ACB.

2 | AGROECOLOGIA, CONSUMO DE ORGÂNICOS E FEIRAS AGROECOLÓGICAS: BREVES REGISTROS

A agricultura familiar é uma das maiores responsáveis pela agricultura orgânica/agroecológica, porque manteve vivas as práticas agrícolas que não dependem do alto grau de utilização de insumos externos, em contraposição aos sistemas da agricultura moderna. Apesar de a agricultura familiar ser desenvolvida em áreas menores do que a agricultura patronal, ela é responsável por boa parte dos alimentos do país, sendo importante fornecedora do mercado interno de bens primários (IBGE, 2006).

Segundo Lamarche (1993, *apud* Tassi, 2011), a agricultura familiar é uma forma social heterogênea, na qual as unidades de produção se distinguem pela sua diversidade e pela capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. Assim, um sistema de cultivo familiar é tanto uma unidade de produção, quanto uma unidade social.

Os agricultores que resistiram às dificuldades impostas pelo processo de modernização, buscaram encontrar formas alternativas para manterem-se no campo, ficando essa forma de reprodução social no campo conhecida como agricultura alternativa. A discussão acerca desse novo modelo de agricultura ocorreu em diversos países, com diferentes denominações para a mesma: orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, entre outras, cada uma delas seguindo determinadas filosofias, princípios, tecnologias, normas e regras, conforme as correntes a que se encontram vinculadas (COSTABEBER; CAPORAL, 2002).

Nesse contexto, ao passo em que agricultura moderna aponta para um conjunto de práticas não sustentáveis, em sentido mais amplo, o surgimento de uma nova agricultura, a partir da “agroecologia”, tem apresentado novas perspectivas para

viabilizar a produção respeitando o meio ambiente e a vida dos produtores. Esse tipo de agricultura aponta o caminho da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Neste ambiente de busca, incorporação e construção de novos conhecimentos, insere-se, portanto, a agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis (COSTABEBER; CAPORAL, 2002).

Desse modo, a agricultura alternativa tem como objetivos: a) diversificar o tempo e o espaço; b) produção auto-suficiente de alimentos; c) conservação e regeneração dos recursos naturais; d) potencial econômico e social; e) tecnologias aceitáveis culturalmente; e f) capacidade de autogestão (ALTIERI, 1999).

A agricultura orgânica é, por conseguinte, um sistema economicamente viável, visto que resgata práticas seculares e conhecimentos empíricos de populações rurais, com o emprego de tecnologias modernas, eficazes e não agressivas ao meio ambiente. Essa prática melhora a qualidade de vida do produtor e de sua família, assim como da população urbana, visto que produz alimentos livres de contaminantes e resguarda o ambiente de processos de degradações. Adicionalmente, a substituição de insumos sintéticos por produtos naturais tende a diminuir os custos de produção e gerar mais empregos, além de contribuir para fixar o homem no campo (ROEL, 2002).

Pode-se, então, caracterizar a agricultura orgânica como um sistema de produção agrícola que tem por objetivo preservar a saúde do meio ambiente, a biodiversidade, as atividades biológicas do solo. Desta forma, esta atividade enfatiza o uso de práticas de manejo, em oposição ao uso de agrotóxicos (PENTEADO, 2003). Para o mesmo autor, o processo produtivo utilizado pelo sistema orgânico tem como resultado a garantia de alimentos mais saudáveis, ricos em vitaminas e sais minerais e isentos de substâncias que causam mal à saúde do solo, da água e do ar e, conseqüentemente, à saúde dos animais e do homem.

A agricultura orgânica, detentora de práticas agroecológicas, torna-se uma alternativa ao método convencional de exploração da agricultura, pois apresenta certas características, dentre as quais se destacam: a diminuição do êxodo rural e conseqüentemente do aglomerado urbano; diminuição da pobreza e miséria nessas comunidades, com aumento do nível de emprego e renda; capacidade do pequeno agricultor para manter essa produção já que a convencional exige altos custos e um preço insatisfatório pela venda dos produtos; melhoria no nível de saúde do produtor e de sua família, bem como dos consumidores em geral.

As origens dos mercados para os produtos orgânicos da agricultura familiar estão, exatamente, na rede de produção e de harmonia no campo socioeconômico, construído ao longo do tempo entre agricultores e grupos sociais. Essas redes e as relações de proximidade, além de virem a centralizar recursos e a estruturar o mercado, também articularam os agricultores familiares que se complementam, e beneficiam-se mutuamente (CARVALHEIRO, 2010).

No Brasil, o crescimento da demanda por produtos orgânicos gira em torno de

30% ao ano (SEBRAE, 2010). Nesse sentido, o país está se consolidando cada vez mais como um grande produtor e exportador de alimentos orgânicos. Dados de 2014 mostraram que a área de produção orgânica no Brasil abrange 950 mil hectares. Nela, são produzidas hortaliças, cana-de-açúcar, arroz, café, castanha do Brasil, cacau, açaí, guaraná, palmito, mel, sucos, ovos e laticínios, movimentando um mercado de aproximadamente R\$ 2 bilhões e 70% dos estabelecimentos orgânicos pertencem a agricultores familiares (MAPA, 2014). No Nordeste brasileiro, a agricultura orgânica é praticada de modo incipiente, ocupando uma área de 54% do total das terras cultivadas (IBGE, 2004).

De acordo com o Banco do Nordeste do Brasil (2004), no Ceará, a agricultura orgânica tem uma área cultivada de 13.820 ha distribuídas em vários agropólos: Ibiapaba, Cariri, região Metropolitana de Fortaleza, Inhamuns, Litoral Leste e Litoral Oeste. Ademais, segundo o mesmo estudo, esse tipo de agricultura enfrenta alguns problemas, dentre eles, o alto custo de converção (mudança da agricultura tradicional para uma mais ecológica) e problemas referente à comercialização.

Ressalta-se que o Ceará apresenta mais de 30 produtos orgânicos, principalmente hortaliças, cuja produção aumentou 34% comparando-se com o ano de 2003; destacam-se, ainda, os cultivos de caju, milho, feijão, mandioca, apicultura, cana-de-açúcar, coco e banana (SEAGRI-CE, 2005). De acordo com a mesma fonte, em relação à região do Cariri, a empresa CEARAPI, produtora de mel, é a que mais tem se destacado, produzindo 980 toneladas em 2004.

A questão da comercialização é um dos problemas mais relevantes para os camponeses. Este problema se agrava não apenas em decorrência da dimensão da propriedade, “mas também do tipo de produto a ser comercializado, da quantidade do produto ofertada, da época que o produto é lançado no mercado, etc.” (MARCOS, 1998, p. 70).

Para superar essa realidade, as feiras agroecológicas surgem como uma alternativa (muitas vezes a única) para que os agricultores familiares possam comercializar seus produtos. A criação das feiras está ligada a órgãos públicos, de financiamento para as instalações, e de capacitação técnica para ensinar aos agricultores a utilização de práticas agroecológicas para incremento de sua produção (SANTOS, 2010).

Cabe ressaltar, sobre tais feiras:

elas tem proporcionado o favorecimento de outras relações com o meio ambiente e as questões sociais nas comunidades, além do estímulo ao estabelecimento de parcerias interinstitucionais e redes de informações, que vem gerando referência regional, principalmente na orientação e proposição de políticas públicas. São comercializadas hortaliças, frutas, farinha, goma, batata, macaxeira, feijão, milho, carne de bode, ovos, carne de galinha caipira, mel, comidas típicas (bolos, tapiocas, caldo, paçocas de amendoim, sucos de frutas, fubá de milho, molho de pimenta), sementes crioulas, defensivos naturais e produtos de higiene pessoal (ACB, 2010, p. 33).

As feiras agroecológicas são, essencialmente, espaços estabelecidos para

a comercialização semanal de alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos diretamente aos consumidores, usando práticas agrícolas, sob a luz dos princípios da agroecologia, a serem implantadas na produção e comercialização de alimentos, produzidos com base no trabalho familiar (SANTOS, 2010). Segundo o mesmo autor, as feiras agroecológicas são resultados de amplo processo de organização, constituem-se em um importante meio de formação política, possibilidade de reestruturação da produção familiar com base em princípios específicos: diversidade de cultivos, aproveitamento da matéria orgânica etc.

Para Carvalheiro (2010), nas relações mercantis, encontram-se duas formas para a agricultura familiar de criação de canais de comercialização de seus produtos: a) através das cadeias longas; e b) cadeias curtas. As primeiras são cadeias em que o produtor está inserido numa estrutura maior, na qual o produto não sai direto para o consumidor. Na segunda forma, são consideradas as cadeias em que os agricultores mantêm interações com os consumidores, eliminando as relações com intermediários e/ou elos na cadeia produtiva.

Cabe ressaltar que os agricultores familiares comercializam os seus produtos em mais de um canal de comercialização ao mesmo tempo. Ademais, a busca por esses canais de comercialização contribui para o fortalecimento das redes sociais entres outros produtores, consumidores e diversas instituições, corroborando para a construção de relações sociais.

De modo geral, o mercado para os produtos orgânicos é bem diversificado, e os agricultores participam dos canais de comercialização, em que há mais chances de consolidação e rendimento. E a comercialização direta se mostra mais vantajosa, porque cria uma possibilidade de construção de relações mais sólidas, impulsionada pela relação direta com seus consumidores (CARVALHEIRO, 2010).

De modo geral, as feiras agroecológicas podem ser vistas como uma estratégia de comercialização dos alimentos produzidos pelos camponeses, com o objetivo de viabilizar a superação dos entraves no processo produtivo e de circulação da produção agrícola. Ademais, essas feiras podem ser analisadas como resultado do esforço dos agricultores familiares voltados à superação da dependência/subordinação camponesa ao capital comercial e industrial na agricultura (SANTOS, 2010).

Os produtos orgânicos gerados pela agricultura familiar podem se tornar referência pelas características de serem considerados mais saudáveis e como matéria-prima de qualidade para agroindústrias da região. Essas características ganham o gosto de diferentes consumidores, principalmente os mais exigentes. Por serem produtos diferenciados, que diferem da escala de produção industrial, sua comercialização se faz de forma mais acentuada por canais alternativos que não o mercado convencional, ressaltando os canais curtos de comercialização.

3 | RESULTADOS

3.1 Perfil socioeconômico dos feirantes

Em relação ao primeiro objetivo deste ensaio, o perfil dos feirantes que atuam em feira agroecológica no município do Crato, os entrevistados foram questionados sobre sexo, faixa etária, renda, ocupação e escolaridade. A pesquisa foi composta por 13 pessoas, sendo nove do sexo feminino e quatro do sexo masculino; a grande maioria é casada, 69,2% dos agricultores, 7,7% são solteiros e 23,1% são viúvos. A faixa etária predominante foi a de idosos, entre 60 e 70 anos de idade, que correspondeu a 38,5% dos entrevistados, seguida da faixa etária dos 50 a 60 anos, que totalizam 30,8%. Os demais entrevistados se enquadram na faixa entre 30 e 40 anos, correspondentes a 15,4%, e por fim, de 70 a 80 anos, com 15,3%.

Em relação à escolaridade, notou-se que 46,2% dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto, seguido por 23,1% dos que terminaram o ensino médio. Quanto às faixas de escolaridade restantes, 15,4% não possui estudo, 7,7% concluiu o ensino fundamental, e 7,6% pararam no ensino médio incompleto.

A análise sobre a renda mensal obtida, através da feira agroecológica, mostrou que parte relevante nem sabe o quanto ganha (38,5%). Os demais agricultores entrevistados estão divididos em, 15,4% que possuem renda de R\$ 80,00 a R\$100,00, 15,4% possuem renda de R\$ 200,00 a R\$300,00, e finalmente, 30,7% recebem renda de R\$ 500,00 a R\$700,00. Ademais, em média, os agricultores pesquisados auferem renda de R\$ 377,50.

Em relação à renda mensal não agrícola, apenas duas agricultoras (15,4%) ganham R\$ 240,00 e R\$ 400,00, com serviços domésticos em residências da comunidade. O valor mensal da ajuda/benefício obtido por transferências foi de R\$ 937,00, correspondente a aposentadorias (76,9%), e 23,1% restantes não possuem benefício como, pensões, seguro safra, bolsa família, entre outros.

Observou-se que 84,6% das famílias residem na zona rural e 15,4% moram na zona urbana. Em relação à casa em que moram, a maioria dos agricultores (69,2%) são proprietários; 7,7% moram de aluguel e 23,1% residem em assentamentos. Quanto à posse do local de trabalho, parte dos agricultores (38,5%) são arrendatários, 38,5% são proprietários e 23% trabalham no próprio assentamento. Ainda sobre o local de trabalho, 69,2% dos entrevistados trabalham no mesmo lugar que residem, os demais (30,88%) deslocam-se para desenvolver suas atividades em outro local.

Identificou-se, também, a renda familiar mensal das famílias, em média e em intervalos, baseadas nas informações fornecidas pelos entrevistados. De modo geral, constatou-se um nível de renda baixo, resultando em baixa renda per capita. Em média, as famílias recebem R\$ 1.871,73 mensais; 7,7% das famílias auferem de R\$ 937,00 a R\$1.000,00; 15,4% recebem de R\$ 1.000,00 a R\$1.300,00; 30,8% recebem de R\$ 1.400,00 a R\$2.000,00, 30,8 % das famílias auferem de R\$2.100,00 a R\$3.074,00 e

um total de 15,3% não soube responder.

Com relação ao tamanho da família, 30,8% dos agricultores pesquisados têm a família composta de uma a duas pessoas, outros 23% das famílias são compostas de 5 a 6 pessoas, e por fim, a maior parte (46,2%) das famílias é composta de 3 a 4 pessoas.

3.2 Processos de “educação financeira”

Os dados obtidos apontaram que 53,8% dos agricultores afirmaram que nunca acompanham com anotações os gastos mensais. Em relação aos hábitos de consumo, 76,9% dos pesquisados nunca compram por impulso, afirmaram que planejam suas compras dentro do orçamento disponível. Apenas 23,1% relataram que às vezes compram por impulso, enquanto as opções sempre e quase sempre não apareceram. A totalidade dos entrevistados relata comprar apenas quando necessitam. Estes resultados demonstram que embora grande parte da sociedade esteja imersa na necessidade incessante imposta pela cultura do consumo, ainda existem contextos onde não se observa esta realidade de forma generalizada.

Quanto ao dinheiro que resta após pagamento de contas, 38,5% dos agricultores responderam que sempre sobra dinheiro, enquanto as opções nunca e às vezes representaram cada uma, 23% e 38,5% das respostas, respectivamente. Os dados mostram que a maioria dos agricultores conhece a importância de se estabelecer uma reserva financeira.

Para os agricultores que afirmaram que sobra dinheiro após o pagamento das despesas mensais, ainda foi perguntado sobre a destinação deste excedente. Enquanto 38,5% afirmaram que guardavam em casa, 30,8% relataram que depositavam na caderneta de poupança e 7,7% afirmaram destinar para educação dos familiares o restante (23%) não souberam opinar.

Além disso, vale destacar que 100% dos pesquisados revelam não utilizar cartões de crédito e/ou de lojas, 23,1% afirmam que, quando necessitam de dinheiro extra, recorrem a financeiras e/ou bancos. Isso aponta para a pouca intimidade dos agricultores com mecanismos do sistema financeiro, mesmo quando diz respeito aos recursos mais demandados pela população em geral.

O planejamento de compras tem um reflexo muito importante no orçamento familiar, contribuindo de forma direta para o grau de endividamento das famílias. Com relação aos dados da pesquisa, 61,5% dos agricultores responderam que sempre planejam as suas compras, 23,1% nunca realizam esse planejamento e 15,4% disseram que às vezes planejam. Além disso, mais da metade (53,8%) relata que realiza as compras de móveis/eletrodoméstico, vestuário e os bens de consumo cotidiano à vista, sendo que 69,2% realizam pesquisa de preço antes de comprar.

A pesquisa demonstra, por conseguinte, que mesmo a maioria dos agricultores apresentando certo controle no consumo e no uso racional da renda, eles fazem

isso de forma intuitiva e a partir, basicamente, de suas necessidades, busca o menor preço, compra à vista e planeja as compras. No entanto, não há um planejamento orçamentário, pois eles, na sua maioria, não fazem anotações dos gastos mensais, não sendo possível ter controle sobre os seus rendimentos e gastos.

Percebe-se que os feirantes, apesar de não terem as noções básicas de planejamento orçamentário, utilizam seus recursos financeiros de forma racional. Pode-se destacar também que não foram tragados pelo consumismo e, conseqüentemente, apesar da vulnerabilidade econômica e social, não apresentam problemas com endividamento. Os pesquisados possuem um estilo de vida em que consomem apenas o que necessitam e o que está dentro do seu orçamento.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tais resultados levam a novos questionamentos, demonstrando que há um campo de estudo ainda a ser explorado, sobretudo no que se refere ao estilo de vida que esses agricultores possuem, aparentemente longe das inúmeras ‘facilidades’ e ‘seduções’ impostas por um mercado de consumo e financeiro.

Vale ressaltar, que as feiras agroecológicas tornam-se exemplos que promovem os princípios do comércio justo e solidário, a justiça social, a transparência, o preço justo, a solidariedade, o desenvolvimento sustentável, o respeito ao meio ambiente, a valorização da mulher e da agricultura familiar, a difusão e o diálogo sobre as tecnologias e o empoderamento de indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Diante das experiências e exemplos citados ao longo da pesquisa, espera-se que diagnósticos dessa natureza possam servir para sensibilizar agências, empresas, empreendimento do terceiro setor e órgãos públicos, preocupados com a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares agroecológicos, a fim de que atuem na promoção de formas ambientais e sociais mais justas e solidárias. Desta forma, tais esforços devem fazer parte de qualquer agenda que contribua a construção de um modelo de sociedade mais justa, participativa, solidária e ambientalmente responsável.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Cristã de Base – ACB. **Agrofloresta**: recuperando ambientes. Crato: ACB, 2010.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia** - as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.237 p.

_____. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Montevideo: Nordan comunidade, 1999.

ASSAD, Maria Leonor L.; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. **Revista Ciência & Ambiente**, n.29, 2004, p.15-30 disponível em <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/427.pdf>> acesso em: 10 ago, 2016.

CARVALHEIRO, Elizângela Mara. **A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar**. PGDR. Porto Alegre, 2010. 214 p. (Tese de Doutorado).

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável. Santa Maria, 2012. **Anais do...** Santa Maria, dez, 2002.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário. 1995-2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. **Censo agropecuário. 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: MPOG, 2006.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Orgânicos**. Brasil, 2014. Disponível em: <Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos> >. Acesso em: abr, 2015

MARCOS, Valéria de. Reforma agrária e produção camponesa: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos. In: BAMAT, Thomas.; IENO NETO, Genaro (Orgs). **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998.

PENTEADO, S. R. **Introdução à Agricultura Orgânica**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003.

ROEL, Antonia Railda. A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura. **Revista Interações**. n.2. 2002. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n4_antonia_railda.pdf> Acesso em: 15 ago, 2012.

SANTOS, Thiago Araújo. **Agroecologia como prática social**: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba. PPGH/USP: São Paulo, 2010. 249.p. (Dissertação de Mestrado).

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-761220070006000006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 set, 2012.

SECRETARIA do Desenvolvimento Agrário do Ceará (SEAGRI). **Produtos Orgânicos do Ceará**: um mercado atrativo, 2005. Disponível em: http://www.seagri.ce.gov.br/siga/produtos_organicos_ceara.pdf. Acesso em: 12 mar, 2012.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa. **Estudos de inteligência de mercado**: perfil de mercado. 2010. Disponível em: >www.sebrae.com.br> Acesso em: 15 jul, 2011.

SERASA. **Indicadores Serasa Experian de inadimplência do consumidor**. Disponível em:<<http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/inadimplencia-do-consumidor/>> Acesso em: 29 ago, 2017.

TASSI, Maria Elisa Von Zuben. **Certificação participativa e compra coletiva de alimentos ecológicos**: redes locais construindo mercados cooperativos, um estudo na região de Campinas – São Paulo. São Carlos: UFSCar, 2011. 188p. (Dissertação de Mestrado).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-100-8

